

Nome: _____ Nº: _____

Turma: _____ 3ª série. Data: 16/08/2017

Componente Curricular: Filosofia. Professor (a): Fabiana Montin

Roteiro de estudos para prova 2 2º trimestre

Os principais defensores da teoria do direito divino de governar, dos reis seriam: Jean Bodin e Jacques Bossuet

Durante a Idade Média Com o desenvolvimento do cristianismo e o esfacelamento do Império Romano, a Igreja se consolidou, primeiramente, como um poder extra político. Santo Agostinho, por exemplo, separava a Cidade de Deus, a comunidade Cristã, da Cidade dos Homens, a comunidade política. Mas depois, ocorreu uma aliança entre o poder eclesiástico e o poder político. E como a igreja Cristã entendia que todo poder pertencesse a Deus, surgiu a ideia de que os governantes seriam representantes de Deus na terra. O rei passou então, a ter o direito divino de governar

Os estudos de política geralmente iniciam com uma análise do fenômeno do poder social. Bertrand Russell definiu da seguinte maneira: Poder é a posse dos meios que levam à produção de efeitos desejado: o poder econômico se caracteriza por utilizar a posse de certos bens socialmente necessários para induzir aqueles que não os possuem a adotar

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas. Maquiavel define o homem como um ser guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.

O pensamento de Maquiavel acerca da relação entre poder e moral, é correto afirmar: Na reflexão política de Maquiavel, o fim que deve orientar as ações de um Príncipe é a ordem e a manutenção do poder

Sobre o pensamento de Maquiavel, a respeito do comportamento de um príncipe, é correto afirmar que: o Bem comum e a justiça não são os princípios fundadores da política; esta, em função da finalidade que lhe é própria e das dificuldades concretas de realizá-la, não está relacionada com a ética.

Segundo, Max Weber, o Estado é uma das mais complexas instituições sociais criadas e desenvolvidas pelo homem ao longo da história.

Muitos estudiosos procuram compreender a realidade do Estado.

Nem sempre o Estado existiu. Diversas comunidades, do passado e do presente, organizam-se sem ele. Nelas não havia classes sociais e as funções políticas eram distribuídas pelo conjunto de membros da comunidade. *O Estado é a instituição política que dirigida, por um governo soberano, detém o monopólio do uso da força física, em determinado território, subordinando a sociedade que nele vive.* Essa é uma das definições, largamente conhecida e utilizada pelos cientistas sociais e políticos.

Conforme assinalou o filósofo e jurista italiano contemporâneo, Norberto Bobbio, o conceito moderno de política está estreitamente ligado ao poder

Para Aristóteles, a Política era uma continuação da ética, só que aplicada a vida pública. Assim depois de refletir sobre o modo de vida que conduz à felicidade do homem em a Ética a Nicômaco, Aristóteles investigou em Política as instituições públicas e as formas de governo capazes de propiciar uma maneira melhor de viver em sociedade. Aristóteles considerava essa investigação fundamental, pois, segundo ele; “o homem por natureza é um animal social”.

O conceito grego de política se tornou um conceito clássico e permanece até nossos dias, mesmo que seja como um ideal a ser alcançado. Esse conceito é: Como esfera de realização do bem comum.

O indivíduo que detém os meios de poder torna-se capaz de exercer várias formas de domínio e, por meio delas, pode alcançar os efeitos que desejar.
O fenômeno do poder costuma ser dividido em duas categorias: O poder do homem sobre a natureza e o poder sobre os outros homens.

A coerção em torno dos meios de comunicação e a tortura em presos políticos eram meios utilizados pelo regime de 1964 para reprimir movimentos e opiniões divergentes da ideologia oficial.

O Ato Institucional nº 5 é considerado por muitos autores um “golpe dentro do golpe”. Nos artigos do AI-5 selecionados, o governo militar procurou limitar a atuação do Poder Judiciário, porque isso significava: a ampliação dos poderes nas mãos do Executivo.

Durante o período do governo militar (1964 a 1985), era comum a utilização dos chamados Atos Institucionais, impostos pela repressão aos que fossem contrários ao regime. Sobre os Atos Institucionais, é correto afirmar que: o mais famoso foi AI-5 (Ato Institucional nº 5), decretado no governo do Presidente Costa e Silva, que dava amplos poderes ao presidente da República de governar, bem como, de suspender várias garantias individuais.

A gente não sabemos escolher presidente

A gente não sabemos tomar conta da gente / A gente não sabemos nem escovar os dentes / Tem gringo pensando que nós é indigente/ Inútil / A gente somos inútil

MOREIRA, R. Inútil. 1983 (fragmento).

O fragmento integra a letra de uma canção gravada em momento de intensa mobilização política. A canção foi censurada por estar associada a uma crítica ao regime ditatorial que, mesmo em sua fase final, impedia a escolha popular do presidente.

O poder econômico preocupa-se em garantir o domínio da riqueza controlando a organização das forças produtivas (por exemplo: tipo de produção e o alcance do consumo de mercadorias)

O poder político preocupa-se em garantir o domínio da força institucional e jurídica controlando os instrumentos de coerção social (por exemplo: Forças armadas, órgãos de fiscalização, política e tribunais etc.).

Para o pensamento liberal, a finalidade do Estado é agir como mediador dos conflitos entre os diversos grupos sociais, conflitos inevitáveis entre os homens.

Segundo a corrente marxista a função do Estado é, a divisão de classes em que umas são dominantes.

Ditadura é uma palavra de origem latina, derivada de *dictare*, “ditar ordens”. Na antiga república romana, ditador era o magistrado que detinha temporariamente plenos poderes

A Inexistência do Estado de direito significa: O poder ditatorial é exercido sem limitação jurídica. As leis só valem para a sociedade. O ditador está acima das leis. E, nessa condição, costuma desrespeitar todos os direitos fundamentais do cidadão, principalmente o direito de livre expressão e a liberdade de associação política.

Entre os pensadores liberais clássicos destacam-se John Locke, Jean Jacques Rousseau.